

A ARQUEOLOGIA VAI AO MUSEU: interfaces entre Museologia e Arqueologia nos cursos de graduação e pós no Brasil

Flávia C. Costa Vieira^{*}

Sura Souza Carmo^{**}

Resumo

O artigo tem por objetivo discutir a importância da formação acadêmica dos profissionais de Arqueologia e de Museologia no Brasil, no que diz respeito à necessidade de possuírem disciplinas que proporcionem a interface das áreas de conhecimento, com vistas a uma melhor qualificação para a proteção e socialização do patrimônio arqueológico musealizado. A pesquisa parte do princípio que a Arqueologia e a Museologia estão intrinsecamente ligadas desde as suas origens, pois toda pesquisa arqueológica gera uma coleção, acervo institucionalizado, patrimônio, que deve ser preservado e socializado - in situ ou em alguma instituição museológica e/ou de pesquisa. Nos últimos anos intensificou-se uma aproximação entre atores da Museologia e da Arqueologia, no âmbito acadêmico e institucional, no sentido de buscar formas de qualificação para os futuros profissionais, em prol da pesquisa e difusão do patrimônio arqueológico. Dessa maneira, o artigo visa ainda refletir como a interdisciplinaridade nas graduações e pós-graduações em Museologia e em Arqueologia proporciona uma formação ampla voltada para interação das diretrizes das áreas da Museologia e da Arqueologia no país. Nesse sentido, a interface entre a Arqueologia e a Museologia se revela como necessária e frutífera, contudo, ao analisarmos as grades curriculares dos bacharelados e das pós-graduações de ambas as áreas do conhecimento, percebemos que ainda há lacunas urgentes no que tange à formação desses profissionais em âmbito nacional.

Palavras-chave: Arqueologia, Museologia, Graduação, Formação Acadêmica.

^{*} Arqueóloga, Antropóloga, Mestranda em Museologia e Patrimônio, PPG-PMUS/UNIRIO-MAST, flaviacostavieira@gmail.com, Rio de Janeiro, Brasil.

^{**} Museóloga, Mestre em História (UFS), Doutoranda em Museologia e Patrimônio, PPG-PMUS/UNIRIO-MAST, Docente do Departamento de Museologia UFS, suracarmo@yahoo.com.br, Rio de Janeiro, Brasil.

Introdução

De acordo com Bruce Trigger (2004), a despeito de se expressar em contextos distintos, o interesse pelo passado da história humana e a coleta de artefatos oriundos desse passado desconhecido é um fenômeno anterior a 500 a.C. Diferentes sociedades apresentam maneiras diversas para lidar com a materialidade do passado, o que demonstra o forte e inegável aspecto cultural e subjetivo envolvido na seleção e coleta desses objetos.

Desde os gabinetes de curiosidade, da formação das coleções reais e da criação dos primeiros museus, os artefatos arqueológicos estiveram presentes no âmbito da Museologia, devido à sua raridade, antiguidade, estética, exotividade ou nacionalismo (BRUNO, 1995; POSSAS, 2005). O nascimento da Arqueologia e da Museologia encontram-se relacionados aos humanistas e aos antiquários que, ávidos pelo acúmulo de conhecimentos através da cultura material das denominadas “antiguidades”, desenvolveram, ao longo de séculos, um olhar apurado para desvendar monumentos, inscrições, manuscritos e objetos.

É possível elencar diversos humanistas, antiquários, artistas, enciclopedistas, arquitetos, dentre outros profissionais, com alto índice de erudição, cujas atuações podem ser consideradas como precursoras do fazer arqueológico e museológico de forma imbricada. A título de exemplificação, tivemos no século XV, na Itália, o pouco referenciado Poggio Bracciolini, “O Poggio”. Humanista, colecionador de objetos e escrupuloso investigador das ruínas romanas, com obra publicada de maneira fragmentada nos séculos XVI e XVIII (CHOAY, 2011). Outra importante referência, no século XVII, foi o médico e antiquário francês Jacob Spon, considerado pela historiadora francesa Françoise Choay (2011), em virtude de sua “sensibilidade do olhar”, como um “arqueólogo pioneiro” que percorreu diversas regiões da Europa, sobretudo as margens do Mediterrâneo, a fim de coletar objetos, desenhos e inscrições sobre as antiguidades (CHOAY, 2011). A história dos pioneiros da arqueologia e dos antiquários é permeada de exemplos de pessoas letradas que realizavam atividades que hoje distinguimos como pertencente aos campos da Arqueologia e Museologia, de forma conjunta.

A valorização da cultura greco-romana, no Renascimento, e posteriormente as descobertas dos grandes sítios arqueológicos de Herculano (1713), Pesto (1746) e Pompéia (1748) além das pilhagens napoleônicas, inundaram a Europa de artefatos arqueológicos, em especial as coleções reais e as nascentes instituições museológicas, (JULIÃO, 2006; CHOAY, 2006). Os intelectuais, relacionados às artes, do Renascimento,

e posteriormente do Iluminismo, para Choay (2006) criaram “um mercado em constante expansão, associado ao aprofundamento da reflexão sobre a arte e às descobertas arqueológicas”, que culminaram nos primeiros museus, como a Galeria degli Uffizzi, e numa vontade de “democratizar” o saber, através da “substituição das descrições e imagens das compilações das antiguidade por objetos reais” (CHOAY, 2006, p. 89).

Ressaltamos que o embrião da atividade prática da Museologia encontra-se no mesmo período de importantes descobertas arqueológicas na Europa. A obra *Museographia*, escrita em latim pelo comerciante hamburguês Caspar Friedrich Neickel, em 1727, de acordo com a pesquisadora Adelaide Duarte (2007), era um tratado enciclopedista que descrevia especificações museográficas para melhor conservação, pesquisa e visualização das coleções. Tal obra pioneira deve ser entendida como um manual de instruções para objetos de coleções, pois as denominadas “antiguidades” quando oriundas de escavações arqueológicas, possuíam maior fragilidade por causa da retirada *in situ*. No mesmo século, o também alemão Johann Joachim Winckelmann, considerado um estudioso sobre as escavações de Pompéia e Herculano e autor de diversas contribuições às categorias de estilo para a história da arte, com a obra *Geschichte der Kunst des Alterthums*¹, publicada em 1764, ainda hoje tem suas ideias publicadas em manuais de arqueologia (MATTOS, 2008). A historiadora da arte Claudia Mattos (2008) salientou as aproximações de Winckelmann e os antiquários de seu tempo, assim como é possível perceber o direcionamento da obra de Neickel a este tipo de público. As obras acentuam o caráter próximo das atividades hoje atribuídas a museólogos e arqueólogos.

O século XIX foi palco da emergência dos Museus e da Arqueologia. A Revolução Francesa marca um novo olhar sobre os monumentos, propiciando na França, e em vários países da Europa, a construção do Estado-Nação que, dentre outras características, se pautava na valorização da cultura material para a construção da identidade nacional (CHOAY, 2001). Os museus neste período se tornaram legitimadores dos discursos nacionalistas.

Segundo a museóloga Moana Soto (2014), com a influência dos enciclopedistas franceses, o avanço do conhecimento e os efeitos provocados pela Revolução Francesa surgiu o conceito de coleção como instituição pública, denominado museu. Entre os séculos XVII e XVIII ocorre a criação do museu moderno a partir de doações de coleções particulares às cidades, e o primeiro museu, tal como é concebido hoje, foi fruto da

¹ A obra *Geschichte der Kunst des Alterthums* (História da Arte da Antiguidade – tradução nossa) teve grande importância nos primeiros estudos arqueológicos relacionado aos estilos artísticos encontrados nos sítios arqueológicos.

doação de uma coleção particular a uma Universidade. De acordo com a museóloga Maria Cristina Bruno (1999), a abertura do *Ashmolean Museum* em 1683, na Universidade de Oxford, já denotava desde então duas características de extrema relevância para a história destas instituições: o museu como um local de aprendizagem e o museu como um local público.

No século XIX importantes disciplinas foram criadas ou passaram a ter status de ciência como a Arqueologia, Antropologia, Biologia, dentre outras. Neste período, os museus são percebidos como palco de discussões científicas, relacionadas à fauna, flora e ao Homem, sendo a Arqueologia uma das ciências que habitava o museu (SCHWARCZ, 1993).

No Brasil, as coleções arqueológicas tiveram um papel de destaque nos museus brasileiros do século XIX e início do XX, entrando no século XX “com coleções arqueológicas provenientes de coletas assistemáticas, como locais de ensino e produção científica, como depósitos de objetos ordenados, atuando a partir de uma perspectiva enciclopédica, evolucionista e classificatória” (BRUNO, 1995, p. 111).

É importante salientar que o caráter científico da Museologia vem se desenvolvendo nas últimas décadas, podendo ser considerado, segundo a museóloga Diana Farjalla Lima (2013a), um campo novo que precisa demarcar seu espaço de maneira constante no meio científico e acadêmico. Esse caráter científico, em construção, pode ser observado desde os séculos anteriores, a partir do desenvolvimento de estudos científicos em diversas áreas do conhecimento em espaços museológicos, dentre elas a Arqueologia².

Interdisciplinaridade: aproximações e distanciamentos entre teoria e prática

Arqueólogos e museólogos buscam compreender o significado dos objetos a partir de especificações de seus campos de trabalho. A historiadora e arqueóloga Susan Pearce afirma que a Arqueologia é uma disciplina ligada a compreensão da cultura material

² No Brasil, em 1818, D. João VI cria o Museu Real, atual Museu Nacional que somado a outras instituições somente no final do século XIX assumiram caráter científico. Além do Museu Nacional foram criados os museus do Exército (1864), da Marinha (1868), o Paraense Emílio Goeldi (construído em 1866, por iniciativa de uma instituição privada, transferido para o Estado em 1871 e reinaugurado em 1891), o Paranaense (1876), do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (1894) e o Paulista, conhecido como Museu do Ipiranga (1894). Segundo Santos (2002 *apud* Baía, 2008, p.46), os demais museus inaugurados no Brasil ao longo do século XIX e início do XX “constituíram apenas acervos locais e especializados, como o Museu Mineiro, os Museus Anchieta e Julio de Castilho, do Rio Grande do Sul, o Museu do Instituto Butantan e o Museu de Zoologia, de São Paulo, ou o Museu de Ciências da Terra, do Rio de Janeiro” (SANTOS, 2002, p. 108 *apud* BAÍA, 2008, p. 46). O Museu Nacional, os museus Paraense Emílio Goeldi e Paulista alinhavam-se ao modelo de museu etnográfico, que se dedicavam à pesquisa em ciências naturais, voltados para a coleta, o estudo e a exibição de coleções naturais, de etnografia, paleontologia e arqueologia.

(PEARCE, 1990). Segundo Lucio Menezes Ferreira e Pedro Paulo Funari:

A arqueologia iniciou-se, como disciplina científica, na esteira do imperialismo das grandes potências. A empreitada arqueológica inseria-se no domínio colonial, como parte de disputas estratégicas. Não à toa, os arqueólogos ligavam-se aos serviços militares ou de informação e serviam a agendas voltadas para o controle material e ideológico das periferias. Ao lado dessa vertente imperial, a disciplina, ab initio, esteve imbricada na construção de identidades nacionais, de cunho masculino, tendo como objetivo a coesão social e a uniformidade, no presente e no passado. A disciplina, assim, surgia e firmava-se como parte do amplo espectro de agenciamentos das normatizações, tanto em âmbito interno, em cada Estado Nacional, como na relação com os sujeitos externos da opressão, nas periferias asiática, africana, médio-oriental e latino-americana (FERREIRA; FUNARI, 2009, n/p).

Ainda sobre a consolidação da Arqueologia, os autores refletem que...

[...] esse quadro mudou radicalmente nas últimas décadas [...] emergiram grupos sociais e de interesse que implodiram as pretensões de homogeneidade e subordinação às normas, tão bem articuladas no primeiro século e meio da incipiente arqueologia [...] as mulheres, antes ausentes ou subjugadas, emergiram como sujeitos sociais cada vez mais ativos. Se até a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) as arqueólogas eram raras e em posições subalternas, depois disso multiplicaram-se e assumiram, muitas vezes, um protagonismo notável³ (FERREIRA; FUNARI, 2009, n/p).

Com efeito, os estudos se voltaram para as relações de poder, adotando um caráter político e social, “a arqueologia, nas últimas décadas, tem-se afastado da compreensão positivista e processual, que faz da sociedade e da própria disciplina. O objetivo de conhecer o passado ‘como realmente era’ revelou-se demasiado ambicioso e a disciplina voltou sua atenção para a ética e a política.” (FUNARI; ROBRAHN-GONZALES, 2008, p. 13).

No entanto, o arqueólogo Lewis Binford (1991) afirma que, em relação ao aspecto

³ Kathleen Kenyon (1906-1978), arqueóloga inglesa, é um exemplo emblemático do protagonismo assumido pelas mulheres, no campo, após a Segunda Guerra Mundial. Kathleen M. Kenyon (1906-1978) é considerada uma das maiores arqueólogas de campo do mundo, uma vez que se destacou como arqueóloga no mundo sociopolítico do seu tempo, marcado pela hegemonia masculina. Kenyon foi consagrada por suas escavações em Tell es-Sultan, o local da antiga Jericó, de 1952 a 1958, cuja narrativa aponta que foi habitada desde o décimo milênio a.C., e foi chamada “a cidade mais antiga do mundo”, com muitos achados arqueológicos significativos; o sítio arqueológico também é reconhecido pela contribuição à história da arqueologia levantina (Tradução nossa). Fonte: HELSINKI, Minna Lönnqvist. Kathleen M. Kenyon 1906-1978. A hundred years after her birth. The formative years of a female archaeologist: from socio-politics to the stratigraphical method and the radiocarbon revolution in archaeology. In. CÓRDOBA, Joaquín M^º; MOLIST, Miquel; PÉREZ, M^ª Carmen; RUBIO, Isabel; MARTINEZ, Sergio (Orgs.). *Actas del V Congreso Internacional de Arqueología del Oriente Próximo Antiguo. Vol.II. Proceedings of the 5th International Congress on the Archaeology of the Ancient Near East*. Centro Superior de Estudios sobre el Oriente Próximo y Egipto. Universidad Autónoma de Madrid. 2008, p. 379 – 408. Disponível em: https://www.academia.edu/30667776/Kathleen_M._Kenyon_1906-1978_A_hundred_years_after_her_birth_The_formative_years_of_a_female_archaeologist_From_socio-politics_to_the_stratigraphical_method_and_the_radiocarbon_revolution_in_archaeology. Acesso em: 04 Jul. 2019.

material dos objetos, “é compreendendo algo sobre o modo como estas coisas materiais se formaram, se alteraram e adquiriram as características que hoje têm” que podemos entender a humanidade (BINFORD, 1991, p. 28). A salvaguarda do patrimônio material, a partir de pesquisa, armazenamento e extroversão também são bases comuns entre as duas áreas. Ambas as disciplinas trabalham em prol da salvaguarda desse patrimônio, ampliando o escopo, nos últimos anos, para o patrimônio imaterial.

A arqueologia tem, nos últimos anos, alargado seu campo de ação para o estudo da cultura material de qualquer época, passada ou presente [...] estuda, diretamente, a totalidade de material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico (FUNARI, 2010, p. 13 e 15).

A práxis, ou as cadeias operatórias, da Arqueologia e da Museologia são semelhantes, pois os artefatos encontrados em escavações de sítios arqueológicos, que constituam bens culturais materiais daqueles sítios, podem ser considerados patrimônio arqueológico, assim como os objetos que entram nos museus e são musealizados também passam a ser considerados patrimônio.

Entende-se por musealização a institucionalização ou “um processo institucionalizado de apropriação cultural” que “imprime caráter específico de valorização a elementos de origem natural e cultural” podendo ser executada “indistintamente no local no qual está situada a coisa – musealização *in situ* – quanto realizando a sua transferência para outro espaço – musealização *ex situ*” (LIMA, 2013b, p. 51-52).

Para André Desvallées e François Mairesse (2013) o processo de musealização tem seu início na separação dos objetos “de seu contexto de origem para serem estudados como documentos representativos da realidade que eles constituíam” acrescentando que tornam-se um objeto não mais destinado “a ser utilizado ou trocado”, mas transmitir “um testemunho autêntico sobre a realidade” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p.57). A musealização compreende um conjunto de atividades caracterizada por

[...] um trabalho de preservação (seleção, aquisição, gestão, conservação), de pesquisa (e, portanto, de catalogação) e de comunicação (por meio da exposição, das publicações, etc.) ou, segundo outro ponto de vista, das atividades ligadas à seleção, à indexação e à apresentação daquilo que se tornou *musealia* (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 58).

Portanto, para uma correta musealização, as etapas de pesquisa, documentação, conservação e comunicação não podem ser negligenciadas. No tocante aos acervos arqueológicos, patrimonialização começa *in situ*, sendo necessária a transmissão do

maior número possível de informações sobre a escavação arqueológica. Neste aspecto, a professora Maria Cristina Bruno salienta a importância da interdisciplinaridade na formação de arqueólogos e museólogos para uma maior eficácia na musealização de acervos arqueológicos:

[...] a constituição de fenômenos museais e a implantação de processos museológicos dependem do respeito aos procedimentos de salvaguarda e comunicação dos artefatos, coleções e acervos, suas respectivas informações e contextualizações. Isto significa tratar da formação profissional e não desprezar a interdisciplinaridade (BRUNO, 1999, p. 334).

Nesse sentido, é possível observar a interdisciplinaridade entre Arqueologia e Museologia, porque há um intercâmbio entre os campos e uma interação de diversos conhecimentos de forma coordenada, mantendo os interesses próprios de cada disciplina. Ou seja, Arqueologia e Museologia mantêm-se autônomas e podem articular-se a outras disciplinas, porém cooperam e dialogam entre si, buscando superar a fragmentação do conhecimento específico de suas áreas.

Algumas Cartas Patrimoniais apontam a relação entre Arqueologia e Museologia, como, por exemplo, a Carta de Nova Délhi (1956) (IPHAN, 2004), que recomenda o cuidado com a “conservação dos vestígios” durante e após as escavações – a entrada dos artefatos em instituições museológicas. A Carta de Lausanne (1990) (IPHAN, 2004), recomenda a gestão do patrimônio arqueológico e sobre a conservação em longo prazo, que diz respeito aos cuidados dedicados à documentação e coleções, que quando não patrimonializados *in situ*, encontram-se em museus, na maioria dos casos.

Contudo, relacionado às Cartas Patrimoniais e Recomendações da UNESCO, merece destaque que, apesar de aderir como signatário, caso o país não promulgue em forma de lei, decreto, portaria etc., as cartas servem apenas como um meio de expressar uma postura no cenário nacional e/ou internacional, não havendo obrigatoriedade de cumprimento, ou força de lei. Nesse sentido, mesmo que algumas Cartas Patrimoniais apontassem objetivamente a importância e a necessidade de uma formação interdisciplinar de arqueólogos e museólogos, para uma melhor realização das atividades de ambas as áreas, seria necessário revisar a interação das diretrizes das áreas da Museologia e da Arqueologia no país.

O patrimônio arqueológico constitui o testemunho essencial sobre as atividades humanas do passado. Sua proteção e gerenciamento são, portanto, indispensáveis para permitir aos arqueólogos e **outros cientistas estudá-lo e interpretá-lo**, em nome das gerações presentes

e a vir, e para seu usufruto. **A proteção ao patrimônio não pode fundar-se unicamente na aplicação das técnicas da arqueologia. Exige um sólido embasamento de conhecimentos e competência profissionais e científicas (...) Por essas razões e outras mais, a proteção do patrimônio arqueológico deve ser fundada numa colaboração efetiva entre os especialistas de diferentes disciplinas.** Exige, ainda, a cooperação dos grandes órgãos públicos, dos pesquisadores, das empresas privadas e do grande público. (BASTOS; TEIXEIRA, 2005, p. 77, grifo nosso)

A professora Maria Cristina Bruno (1995) demonstra preocupação com o distanciamento de arqueólogos e museólogos afirmando que “a estreita vinculação entre o desenvolvimento da pesquisa arqueológica e das instituições museais não tem sido uma preocupação dos arqueólogos” (BRUNO, 1995, p. 97). Esse aspecto dificulta o desenvolvimento de atividades realizadas em conjunto, sobretudo a musealização do patrimônio arqueológico. O texto recentemente publicado do museólogo e arqueólogo Carlos Costa (2017) também evidencia o distanciamento existente entre os profissionais e aponta que o problema se inicia na formação.

Os museólogos, conservadores/restauradores, educadores patrimoniais e demais profissionais do campo do patrimônio, que, embora sejam importantíssimos nessa relação, mantêm-se distantes e desconhecedores das necessidades e potencialidades, literalmente alijados, ou intencionalmente distantes, dos processos de geração e gestão dos acervos arqueológicos. Esse distanciamento ocorre já na formação, quando não lhes são apresentados de forma efetiva e consistente essa faceta de atuação, para a qual o labor destes profissionais é necessário. (COSTA, 2017, p. 229)

Alejandra Saladino e Guilherme Machado (2016), ambos museólogos, sendo que ela também é arqueóloga, observaram a questão da formação dos museólogos especificamente na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Os autores refletiram “sobre a formação do museólogo no tocante aos desafios da preservação do patrimônio arqueológico levando em consideração o próprio panorama”, especialmente “as demandas relativas à ressignificação dos acervos arqueológicos nas exposições e à gestão do patrimônio arqueológico na era da arqueologia de contrato” (SALADINO; MACHADO, 2016, p. 114). Esse levantamento permite perceber como foi desenvolvido o ensino de Arqueologia no curso de Museologia, desde o Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional, em 1932, até o ano de 2010, na UNIRIO. Os dados apontam que a Arqueologia “é uma disciplina de importância para a formação dos museólogos, pois permanece presente na grade de cadeiras obrigatórias do curso de Museologia mais antigo do país, desde sua criação, em 1932” com o seu conteúdo programático sendo atualizado com discussões sobre aspectos científicos da Arqueologia

e sua relação com a Museologia (SALADINO; MACHADO, 2016, p.132).

Saladino e Machado (2016) refletem que os docentes enfrentam o desafio de preparar os futuros profissionais de Museologia para a preservação do patrimônio arqueológico musealizado e do crescimento das coleções arqueológicas vinculadas à arqueologia de contrato, dentre outras questões (SALADINO; MACHADO, 2016). Essa análise abre caminho para uma discussão mais ampla sobre a formação de arqueólogos e museólogos, pautada na interdisciplinaridade, nos âmbitos teórico e prático.

O conceito de Musealização da Arqueologia tem sido construído a partir de diferentes influências e operacionalizado em distintos contextos culturais, está vinculado, sem dúvida, às estreitas reciprocidades entre as instituições museológicas e os vestígios arqueológicos ao longo dos tempos (BRUNO, 2014, p. 6).

A tese de doutorado da arqueóloga Grasiela Toledo (2017), intitulada *Musealização da Arqueologia e Conservação arqueológica: experiências e perspectivas para a preservação patrimonial* realiza um levantamento bibliométrico⁴ e cienciométrico⁵ das dissertações, teses e publicações em eventos que estão estruturadas sob o eixo de relação entre Arqueologia, Museologia e Conservação no Brasil, além de entrevistar e acompanhar atividades de profissionais das áreas. Sobre a questão, a autora salienta que:

Por meio do levantamento de teses e dissertações que versam sobre Arqueologia e Museologia e sua articulação com áreas afins – Educação, Turismo, Antropologia, História e Patrimônio Cultural –, pode-se perceber como a busca por trabalhos sobre Musealização da Arqueologia abriu um leque de temáticas que ultrapassaram os limites das disciplinas arqueológica e museológica e demonstram o potencial inter e multidisciplinar dessa linha de pesquisa. (TOLEDO, 2017, p. 77)

Nestes termos, este artigo tem por objetivo discutir a importância da formação acadêmica dos profissionais de Arqueologia e de Museologia no Brasil, no que diz respeito à necessidade de possuírem disciplinas que proporcionem a interface das áreas de conhecimento, com vistas a uma melhor qualificação para a proteção e socialização do patrimônio arqueológico musealizado. Desta forma buscamos analisar como ocorre a interdisciplinaridade nas graduações e pós-graduações em Museologia e em Arqueologia no país.

⁴ Relativo à aplicação de métodos estatísticos e matemáticos para análise e elaboração índices relacionados a dinâmica e desenvolvimento da informação científica de determinado campo.

⁵ Relativo ao estudo quantitativo de aspectos da ciência e produção científica de determinado campo.

Análise dos cursos de Arqueologia e de Museologia

A análise das grades curriculares dos bacharelados e das pós-graduações, de ambas as áreas do conhecimento, se deu por meio de etapas, tendo em vista que as informações referentes às graduações foram coletadas diretamente nos sites dos colegiados dos cursos e que estão com suas atividades em vigor, no portal do MEC e do Conselho Federal de Museologia (COFEM). As informações ligadas às pós-graduações, por sua vez, foram coletadas diretamente da Plataforma Sucupira - tendo em vista que se constitui como a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação do Brasil.

Relacionado à tipificação da metodologia: quanto à natureza, a pesquisa é básica, objetivando gerar conhecimentos novos, úteis ao avanço da ciência, mas sem aplicação prevista; quanto à forma da abordagem do problema, a pesquisa é qualitativa, pois interpreta o fenômeno em estudo, por meio de observação, detalhamento, compreensão e acepção. Constitui-se como uma pesquisa do tipo exploratória.

Utilizou-se como método de pesquisa a coleta de dados na tipologia análise de conteúdo, que consiste na averiguação de documentos primários ou secundários. Os documentos analisados foram as matrizes curriculares dos cursos de graduação em Arqueologia e Museologia em vigor no país e que possuem turmas formadas.

Com o objetivo de mapear os cursos de Arqueologia e Museologia no Brasil, após a identificação das escolas, foi realizada uma verificação nos sites das Universidades e dos respectivos cursos, visando identificar a real vigência, tendo em vista quaisquer desatualizações nos portais institucionais e possíveis mudanças de grades.

Posteriormente, iniciou-se o processo de análise das matrizes curriculares obrigatórias e optativas dos cursos de Arqueologia com o objetivo de identificar disciplinas que discutam Museologia e/ou os cuidados posteriores a retirada de objetos de campo e a extroversão de acervos arqueológicos. Em seguida, foi realizado com as matrizes curriculares de Museologia com o objetivo de identificar a existência de disciplinas obrigatórias e optativas que discutam a Arqueologia, sejam em seu título ou ementa. Após analisar as matrizes curriculares dos cursos de Arqueologia, foram consideradas as disciplinas que apresentam os termos museologia, museal, museu, curadoria/restauro, exposição. Relacionado ao curso de Museologia foram considerados os termos arqueologia, patrimônio arqueológico e coleções arqueológicas.

Hoje no Brasil existem 14 cursos de graduação em Arqueologia, cuja maioria está em universidades públicas, criados após o REUNI e dispersos em todas as regiões do país.

Com vistas a proceder um recorte, foram analisados os currículos dos 12 cursos de graduação em Arqueologia e em Antropologia (com área de concentração em Arqueologia), em Universidades Federais e Estaduais, tendo em vista a longevidade dos cursos e da relação ensino, pesquisa e extensão⁶. As grades curriculares de cada graduação possuem diferenças significativas, sobretudo, em virtude da vinculação a determinados departamentos como História, Antropologia, Arqueologia, etc. Cabe ressaltar que a nomenclatura das titulações, embora todas sejam bacharelado, variam em alguns casos: como Bacharel em Antropologia, com Habilitação em Arqueologia (UFMG); Bacharel em Antropologia, com área de concentração em Arqueologia (UFPEL); Bacharel em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre (UFPI); e Bacharel em Arqueologia e Preservação Patrimonial (UNIVASF). Sendo as demais Bacharel em Arqueologia.

A partir dos dados apresentados na Tabela 01, é possível observar a relação dos cursos de Arqueologia que possuem disciplinas, docentes e museus vinculados.

Tabela 01 - Cursos de graduação em Arqueologia (ou em Antropologia com área de concentração em Arqueologia) no Brasil em Universidades públicas

Região	Instituição	Disciplinas de Museologia	Formação de docente em Museologia	Museu Universitário de Arqueologia
Norte	Universidade Estadual do Amazonas -UEA	Museologia (ob. ⁷)	Não especificado	Não possui
		Curadoria de Acervos Arqueológicos (Restauo de Artefatos e Montagem de Exposição) (ob.)		
	Universidade Federal do oeste do Pará - UFOPA	Não possui	Não especificado	Não possui
	Universidade Federal de Rondônia - UNIR	Museologia (ob.)	Marcele Regina Nogueira Pereira (mestrado e doutorado)	Não possui
Conservação Preventiva e Teoria do Restauo (ob.)				
Patrimônio e Museologia (op. ⁸)				
Nordeste	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	Práticas Curatoriais (op.)	Não possui	Museu de Arqueologia da Unicap
		Conservação Patrimonial (ob.)		
		Métodos e Técnicas de Restauração I (ob.)		
		Métodos e Técnicas de Restauração II (ob.)		
		Métodos e Técnicas de Restauração da Cerâmica (op.)		
Métodos e Técnicas de Restauração da Pintura (op.)				

⁶ Em relação aos demais cursos de Arqueologia no país, no âmbito de instituições particulares, listamos: Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GO), Goiânia-GO; e Universidade Metropolitana de Santos (Unimes), Santos-SP.

⁷ Sigla ob. designa disciplina obrigatória.

⁸ Sigla op. designa disciplina optativa.

		Métodos e Técnicas de Restauração de Azulejos e Vidros (op.)		
	Universidade Federal do Piauí - UFPI	Teoria Da Conservação I (ob.)	Marcia Ferreira Netto (graduação)	Museu de Arqueologia e Paleontologia da UFPI
		Tópicos em Museologia (op.)		
		Arqueologia e Museus (op.)		
	Universidade Federal de Sergipe - UFS	Musealização do Patrimônio Arqueológico (op.)	Não possui	Museu de Arqueologia do Xingó
	Universidade do Estado da Bahia - UNEB	Musealização da Arqueologia (ob.)	Não especificado	Não possui
		Restauração cerâmica (op.)		
	Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF	Não possui	Não possui	Não possui
Sudeste	Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ	Laboratório I (curadoria) (ob.)	Não possui	Não possui
	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG ⁹	Coleções, Museus e Exposições (op.)	Não possui	Museu de História Natural e Jardim Botânico da (MHNJB UFMG)
Sul	Universidade Federal de Pelotas - UFPEL ¹⁰	Conservação de Materiais Arqueológicos (op.)	Não possui	Museu Arqueológico e Antropológico (MUARAN)
		Gestão de Acervos Arqueológicos (op.)		
		Musealização da Arqueologia e Antropologia (op.)		
	Universidade Federal do Rio Grande - FURG	Não possui	Não possui	Não possui

Fonte: MEC (2019); sites dos cursos de Graduação (2019); Plataforma Lattes (2019)

A graduação em Arqueologia da UFPE é a que possui maior interdisciplinaridade com a Museologia, tendo em vista que sua grade contempla 3 disciplinas obrigatórias, voltadas para noções gerais de conservação e restauração, e 3 optativas voltadas para restauração de determinados tipos de coleções; além de possuir um Museu de Arqueologia vinculado ao curso. Seguida da UNIR, com 2 disciplinas obrigatórias, voltadas para noções gerais sobre museologia, conservação e restauro, e 2 optativas, de caráter geral sobre patrimônio e museologia e sobre práticas curatoriais, possuindo no quadro docente uma professora com formação em Museologia. A UFPI também possui uma docente com formação em Museologia, sendo UNIR e UFPI as únicas graduações em Arqueologia que possuem docentes museólogos. A UEA possui 2 disciplinas obrigatórias, voltadas para conhecimentos gerais sobre museologia e sobre curadoria de acervos, abrangendo desde restauração à montagem de exposições, porém não possui nenhum museu universitário vinculado. A UFPI possui 1 disciplina obrigatória, sobre conservação e 2 optativas gerais sobre museologia no âmbito da arqueologia, e um

⁹ Graduação em Antropologia, com habilitação em Arqueologia.

¹⁰ Graduação em Antropologia, com área de concentração em Arqueologia.

Museu de Arqueologia e Paleontologia associado. A UNEB possui uma obrigatória voltada para musealização da arqueologia, e 1 optativa voltada para restauração e nenhum museu associado. UERJ possui 1 obrigatória, voltada para curadoria e nenhum museu vinculado. UFPEL, UFS e UFMG, apesar de possuírem Museu Universitários vinculados aos cursos, possuem apenas disciplinas optativas, e UFOPA, UNIVASF E FURG, por sua vez, não possuem nenhuma disciplina, nem mesmo como optativa.

Essa situação se torna mais complexa, na medida em que destacamos que as disciplinas de caráter Optativo não necessariamente são ofertadas com periodicidade, o que significa que basta que ela tenha sido cadastrada como disciplina passível de ser cursada pelo estudante, não sendo obrigatória sua oferta semestral ou anual. Neste sentido, apenas seis universidades (UEA, UNIR, UFPE, UFPI, UFS, UNEB e UERJ) possuem ao menos uma disciplina de Museologia de caráter Obrigatório na formação dos profissionais de Arqueologia, sendo que apenas duas dessas universidades (UNIR e UFPI) possuem docentes com formação em Museologia.

Os cursos de pós-graduação, por sua vez, possuem algumas especificidades quanto à apresentação dos dados, tendo em vista que, buscando uniformizar as fontes utilizadas para a coleta das informações, utilizou-se por padrão a consulta à Plataforma Sucupira. Contudo, nessa base são listadas todas as disciplinas que são, ou que um dia foram ministradas nos cursos, sem especificar se são Obrigatórias ou Optativas. Nesse sentido, essa informação não estará presente nas Tabelas 02 e 03, respectivamente Mestrado e Doutorado em Arqueologia.

A respeito da nomenclatura das titulações de Mestrado também merece destaque a variação de Mestre(a) em Antropologia, com área de concentração em Arqueologia, nos Programas de Pós-Graduação das seguintes instituições: UFPA, UFMG e UFPEL. Mestre(a) em Arqueologia com área de concentração em Arqueologia; ou área de concentração em Conservação do Patrimônio Cultural no Nordeste, na UFPE. Mestre(a) em Arqueologia e Patrimônio Cultural, na UFRB; e Mestre(a) em Arqueologia e Preservação Patrimonial, na UNIVASF. Sendo as demais Mestre(a) em Arqueologia.

A nomenclatura das titulações de Doutorado segue uma variação que varia de maneira análoga a de Mestrado. São elas: Doutor(a) em Antropologia, com área de concentração em Arqueologia, na UFPA; Doutor(a) em Arqueologia com área de concentração em Arqueologia; ou área de concentração em Conservação do Patrimônio Cultural no Nordeste, na UFPE; Doutor(a) em Antropologia, com área de concentração em Arqueologia, na UFMG; Doutor(a) em Antropologia, com área de concentração em

Arqueologia, na UFPEL. Sendo as demais Doutor(a) em Arqueologia.

Tabela 02 - Cursos de Pós-Graduação: Mestrado/Doutorado em Arqueologia no Brasil em Universidades Públicas

Região	Pós-graduação - Instituição	Disciplinas de Museologia	Formação de docente em Museologia	Museu Universitário de Arqueologia
Norte	Programa de Pós-Graduação em Antropologia PPGA – UFPA (mestrado e doutorado)	Não possui	Não possui	Museu da UFPA
Nordeste	Programa de Pós-Graduação em Arqueologia PPGArqueologia – UFPE (mestrado e doutorado)	Tópico Especial de Conservação	Não possui	Museu de Arqueologia da Unicap
	Programa de Pós-Graduação em Arqueologia PPGArq – UFPI (mestrado)	Conservação de Vestígios Arqueológicos	Não possui	Museu de Arqueologia e Paleontologia da UFPI
	Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural PPGap – UFRB (mestrado)	Curadoria de patrimônio arqueológico	<ul style="list-style-type: none"> • Carlos Alberto Santos Costa (graduação) • Henry Luydy Abraham Fernandes (graduação) • Sabrina Damasceno Silva (graduação e mestrado) 	Não possui
		Musealização do patrimônio arqueológico		
	Programa de Pós-Graduação em Arqueologia PROARQ - UFS (mestrado e doutorado)	Teoria da Conservação e do Restauro	Não possui	Museu de Arqueologia do Xingó
Musealização do Patrimônio Arqueológico				
Programa de Pós-Graduação em Arqueologia PPArq – UNIVASF (mestrado)	Musealização da Arqueologia	Não possui	Não possui	
Sudeste	Programa de Pós-Graduação em Antropologia PPGAN – UFMG (mestrado e doutorado)	Não possui	Não possui	Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB UFMG)
	Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional PPGArq – UFRJ (mestrado e doutorado)	Não possui	Não possui	Museu Nacional

	Programa de Pós-Graduação em Arqueologia PPGArq – USP (mestrado e doutorado)	Problemáticas Educacionais em Museus de Arqueologia Patrimônio Arqueológico e Musealização Conservação Arqueológica	<ul style="list-style-type: none"> • Marília Xavier Cury (mestrado) • Maria Cristina Oliveira Bruno¹¹ 	Museu de Arqueologia e Etnologia da (MAE USP)
Sul	Programa de Pós-Graduação em Antropologia PPGAnt – UFPEL (mestrado e doutorado)	Patrimônio Arqueológico: Estratégias de Conservação	Não possui	Museu Arqueológico e Antropológico (MUARAN)

Fonte: MEC 92019); Plataforma Sucupira (2019); Plataforma Lattes (2019).

O mestrado do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da PPGArq - USP é o que possui maior interdisciplinaridade com a Museologia, tendo em vista que sua grade contempla 3 disciplinas voltadas para as questões educacionais e de conservação de patrimônio arqueológico, no entanto possui apenas duas museólogas, apesar de possuir um Museu de Arqueologia vinculado ao curso. O Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural PPGap – UFRB trata de questões relacionadas à musealização e curadoria em duas disciplinas, mas não possui nenhum museu vinculado, apesar de ter três docentes com formação em Museologia. O Programa de Pós-Graduação em Arqueologia PROARQ – UFS, apesar de não possuir nenhum docente com formação em Arqueologia, oferta duas disciplinas que tratam de conservação, restauro e musealização e ainda tem um museu associado. Os Programas de Pós-Graduação em Antropologia PPGAnt – UFPEL; em Arqueologia PPGArq – UFPI; e em Arqueologia PPGArqueologia – UFPE, possuem uma disciplina, cada um, todas voltadas para a conservação e, todos, também possuem um museu vinculado, apesar de nenhum deles possuir nenhum docente com formação em Museologia. O Programa de Pós-Graduação em Arqueologia PPArq – UNIVASF não possui nenhum docente e nenhum museu, apesar disso, oferta uma disciplina voltada para musealização. Os Programas de Pós-Graduação em Antropologia PPGA – UFPA; em Antropologia PPGAN – UFMG; e em Arqueologia do Museu Nacional PPGArq – UFRJ, por sua vez, possuem um museu universitário associado ao curso, mas não ofertam nenhuma disciplina e nem possuem nenhum docente em seus quadros.

¹¹ Museóloga Categoria IV - de acordo com a Lei 7.287, de 18 de dezembro de 1984, que estabelece como museólogo: "IV - dos diplomados em outros cursos de nível superior que, na data desta Lei, contém pelo menos 5 (cinco) anos de exercício de atividades técnicas de Museologia, devidamente comprovados". Registrada no COREM 4R.

De acordo com as informações coletadas na Plataforma Sucupira, a análise dos Programas de Pós-Graduação, a nível de Doutorado, é a mesma que propusemos anteriormente para nível de Mestrado, tendo em vista o compartilhamento de disciplinas e do quadro docente. Exceto três Programas de Pós-Graduação, que não oferecem o título de Doutor(a), são elas: UFPI, UFRB e UNIVASF.

Na atualidade, existem 17 cursos de Graduação em Museologia no país, na sua grande maioria em universidades públicas, criados após o REUNI, localizados em todas as regiões do Brasil. A fim de realizar um recorte, foram analisados os currículos dos cursos de graduação em Museologia em Universidades Federais e uma Estadual, de forma idêntica ao realizado com os cursos de Arqueologia, tendo em vista a longevidade dos cursos e da relação ensino, pesquisa e extensão¹². As grades curriculares de cada graduação possuem diferenças significativas, sobretudo, em virtude da vinculação a determinados departamentos como História, Ciência da Informação, Antropologia e Artes e com disciplinas relativas a especificidades regionais. A partir dos dados apresentados na Tabela 03, é possível observar a relação dos cursos de Museologia que possuem disciplinas, docentes e museus vinculados ao campo da Arqueologia.

Tabela 03 – Cursos de graduação em Museologia no Brasil em Universidades públicas

Região	Instituição	Disciplinas de Arqueologia	Formação de docente em Arqueologia	Museu Universitário de Arqueologia
Norte	Universidade Federal do Pará - UFPA	Arqueologia na Amazônia (ob.)	Márcia Bezerra de Almeida (bacharelado e doutorado)	Museu da UFPA
Nordeste	Universidade Federal da Bahia - UFBA	Não possui	Não possui	Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE-UFBA)
	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB	Introdução à Arqueologia (ob.)	<ul style="list-style-type: none"> • Carlos Alberto Santos Costa (mestrado e doutorado) • Suzane Tavares de Pinho Pepe (mestrado) • Henry Luydy Abraham Fernandes (mestrado em Ciências Sociais e doutorado em Antropologia ambos com concentração em Arqueologia) • Fabiana Comerlato 	Não possui
		Arqueologia brasileira (op.)		
		Arqueologia histórica (op.)		
		Fundamentos teóricos da Arqueologia (op.)		
Análise de coleções arqueológicas				

¹² Em relação aos demais cursos de Museologia no país, no âmbito de instituições particulares podemos listar: graduação na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas), Campinas-SP; FAECA Dom Bosco; Universidade Brasil e Claretiano (à distância). A Unibave não se encontra mais listada por causa do fechamento recente do curso. Fonte: MEC.

		(op.) Procedimentos de campo em Arqueologia (op.)	(mestrado e doutorado em história com concentração em Arqueologia)		
		Arqueologia de populações de origem africana (op.)			
	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	Não possui	Não possui	Museu de Arqueologia da Unicap	
	Universidade Federal de Sergipe - UFS	Arqueologia Geral (ob.)	Verônica Maria Meneses Nunes (doutorado)	Museu de Arqueologia do Xingó	
Centro Oeste	Universidade de Brasília - UNB	Não possui	Não possui	Não possui	
	Universidade Federal de Goiás - UFG	Não possui	<ul style="list-style-type: none"> Manuelina M. Duarte Candido (mestrado) Camila Moraes Wichers (mestrado e doutorado) 	Não possui	
Sudeste	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO	Arqueologia e Museus (ob.)	Alejandra Saladino (mestrado)	Não possui	
		Museus e Arqueologia nas Américas (op.)			
		Musealização e patrimônio arqueológico (op.)			
	Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP	Arqueologia e Museus (ob.)	<ul style="list-style-type: none"> Márcia Maria Arcuri Suñer (doutorado em Arqueologia) Yara Mattos (especialização em arqueologia) 	Não possui	
	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	Não possui	Não possui	Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB UFMG)	
Sul	Universidade Federal de Pelotas - UFPEL	Musealização do patrimônio arqueológico (ob.)	Diego Lemos (doutorado)	Museu Arqueológico e Antropológico (MUARAN)	
		Arqueologia e acervos museais (op.)			
		Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Não possui	Não possui	Não possui
		Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	Arqueologia (ob.)	Lucas Bueno (mestrado e doutorado) ¹³	Museu de Arqueologia e Etnologia (MARquE)

¹³ Vinculado ao Departamento de História, porém ministra disciplina no Departamento de Museologia.

	Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR	Não possui	Não possui	Não possui
--	---	------------	------------	------------

Fonte: MEC (2019); sites dos cursos de Graduação (2019); Plataforma Lattes (2019).

Sobre o quadro acima é importante destacar algumas questões importantes. A graduação em Museologia da UFRB é a que possui uma maior interdisciplinaridade com a Museologia, possuindo em sua grade curricular o maior número de disciplinas voltadas para conhecimentos gerais da Arqueologia e de acervos arqueológicos, possuindo 1 disciplina obrigatória e 6 disciplinas optativas. Também se encontra o maior número de docentes com formação em Arqueologia – sendo que dois deles possuem formação em Museologia e Arqueologia, o que possibilita a oferta das disciplinas optativas voltadas para a Arqueologia com maior regularidade. Apesar de não possuir museu universitário voltado para coleções arqueológicas, o departamento possui grupos de pesquisa voltados para a Arqueologia, tendo iniciado recentemente as atividades de um mestrado em Arqueologia e Patrimônio Cultural, analisado acima.

A graduação em Museologia da UNIRIO possui o segundo maior quantitativo de disciplinas voltadas para a Arqueologia, 1 obrigatória e 2 optativas. Apesar de não possuir museu universitário, os estreitos laços com o Museu Histórico Nacional (MHN) – local de criação da graduação em Museologia – permitem compreender a permanência da Arqueologia como um importante campo de interdisciplinaridade com a Museologia. Vale ressaltar que, durante o funcionamento do curso de museus no MHN, a cadeira de Arqueologia possuía grande importância no curso, sendo Angýone Costa o primeiro professor, e o responsável, em 1936, por escrever a primeira obra de Arqueologia para fins didáticos no Brasil intitulada *Archeologia Geral: Civilizações da América Pré-Colombiana, Antiguidade Clássica, Civilizações Orientaes*.

Caso contraditório é o da UFBA, que possui a segunda graduação em Museologia mais antiga do país e um museu universitário com a denominação *Arqueológico*, mas que não possui nenhuma disciplina na grade curricular voltada para Arqueologia ou docentes com formação na área. A graduação em Museologia da UFG possui profissionais formados em Arqueologia mas não possuem nenhuma disciplina da área. As instituições UFPA, UFS, UFSC possuem ao menos uma disciplina voltada para a Arqueologia e Museus Universitários. A UNESPAR e a UFRGS não possuem disciplinas, docentes ou instituições museológicas que se relacionam de forma interdisciplinar com a Arqueologia.

A respeito da análise das pós-graduações em Museologia, optou-se por apenas uma tabela (Tabela 04), tendo em vista que existe apenas um Doutorado em Museologia no país, na UNIRIO.

Tabela 04 - Cursos de Pós-Graduação Mestrado/Doutorado em Museologia no Brasil em Universidades Públicas

Região	Pós-graduação - Instituição	Disciplinas de Arqueologia	Docente com formação em Arqueologia	Museu Universitário de Arqueologia
Sudeste	Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia – USP (mestrado)	Não consta	<ul style="list-style-type: none"> Fabíola Andrea Silva (pós-doutorado) Heloísa Maria Silveira Barbuy (pós-doutorado) Maria Cristina de Oliveira Bruno (doutorado) Vagner C. Porto (mestrado e doutorado) 	Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE USP)
	Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio – UNIRIO (mestrado e doutorado)	Não possui	Não possui	Não possui
Nordeste	Programa de Pós-Graduação em Museologia e Desenvolvimento Social – UFBA (mestrado)	Não possui	<ul style="list-style-type: none"> Carlos Alberto Santos Costa (mestrado e doutorado) Carlos Alberto Etchevarne (mestrado e doutorado) 	Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE UFBA)
	Programa de Pós-graduação em Artes, patrimônio e Museologia – UFPI (mestrado)	Não possui	Manuelina Maria Duarte Candido (mestrado)	Não possui
Sul	Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – UFRGS (mestrado)	Não possui	Não possui	Não possui

Fonte: MEC (2019); Plataforma Sucupira (2019); sites da Pós-Graduações (2019); Plataforma Lattes (2019)

No âmbito da Pós-Graduação, o Programa de Pós-Graduação em Museologia e Desenvolvimento Social, da UFBA, Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da USP, e o Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia, da UFPI, possuem professores com formação em Arqueologia, orientando e ministrando disciplinas em âmbito de mestrado. A USP possui o maior quantitativo de

profissionais com formação em Arqueologia vinculados ao programa de Pós-Graduação em Museologia. Nenhuma pós-graduação em Museologia possui disciplinas voltadas para patrimônio arqueológico, mesmo aquelas que possuem Museu Universitário de Arqueologia, como a USP e a UFBA. O caso mais emblemático é o Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, da USP, uma vez que vários docentes do programa atuam no MAE/USP, instituição que parece possuir um papel de destaque no programa. Outra observação pode ser feita a respeito da UFBA, que possui dois docentes com formação em Arqueologia vinculados ao mestrado, mas sem possuir nenhum na graduação.

Considerações finais

As análises tratam de um estudo inicial para lançar luz sobre a importância da formação acadêmica dos profissionais de Arqueologia e de Museologia no Brasil, no que diz respeito à necessidade de possuírem disciplinas que proporcionem a interface das áreas de conhecimento, com vistas a uma melhor qualificação para a proteção e socialização do patrimônio arqueológico musealizado.

Chamamos a atenção para o fato de que os egressos dos cursos de Arqueologia vislumbram um mercado de trabalho quase exclusivamente dedicado à denominada Arqueologia por Contrato, ou Arqueologia Preventiva. A proteção ao patrimônio arqueológico brasileiro foi instituída pela Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961 (IPHAN, 2004), que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos e a Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986 (IPHAN, 2004), dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental - especificamente o Artigo 6, Inciso I, Alínea C, onde são destacados os sítios e monumentos arqueológicos como elementos a serem considerados nas diferentes fases de planejamento e implantação do empreendimento dentro do Licenciamento Ambiental – onde são executadas as pesquisas de Arqueologia Preventiva.

Neste sentido, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão de proteção ao patrimônio arqueológico a nível federal, incumbido de autorizar, acompanhar e analisar os processos de arqueologia em todos os estados do país, é o responsável pelo estabelecimento de ações, procedimentos e medidas preventivas de preservação, controle e mitigação provocados pelos impactos ao patrimônio arqueológico brasileiro. Para tanto, a Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015, estabelece procedimentos administrativos a serem observados nos processos de licenciamento

ambiental dos quais participe a pesquisa arqueológica. Apesar da obrigatoriedade das instituições de guarda da entrega de um relatório anual dos bens arqueológicos sob sua responsabilidade ao Centro Nacional de Arqueologia (CNA), há uma dificuldade na elaboração do relatório assim como na musealização dos acervos pois, em muitos casos, há uma carência de informações a respeito da origem dos mesmos.

A legislação brasileira, no que compete ao patrimônio arqueológico, data da década de 1960 e, desde então, tem buscado se atualizar no sentido de acompanhar as mudanças dos tempos. Muito há que se perseverar no sentido de renovar diversos aspectos dessa legislação, contudo nosso objetivo é apenas oferecer uma leitura, grosso modo, dos instrumentos disponíveis no aparato jurídico-legal, com o intuito de demonstrar que é de amplo conhecimento a relevância da arqueologia, tanto na academia, quanto nos canteiros de obra. Assim, este foi um dos fatores fundamentais para alavancar a abertura dos cursos de graduação na primeira década dos anos 2000:

A Arqueologia brasileira está definitivamente marcada nos primeiros dez anos do século 21 por um processo de expansão nunca visto antes. Diversos elementos nortearam a configuração deste quadro, um deles é resultado da consolidação do aumento progressivo do mercado de trabalho, em decorrência do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo assim como da inserção obrigatória da pesquisa arqueológica nos programas de estudo de impacto ambiental, conforme prescreve a legislação brasileira. Também deve ser considerado nesse processo, o crescimento das discussões na nossa sociedade em torno do patrimônio cultural, no sentido de assumir e preservar as diversas heranças étnico-culturais responsáveis pela formação das identidades da nação. Estes elementos promoveram a ampliação do campo de atuação dos arqueólogos, fazendo com que surgisse uma importante demanda por profissionais da Arqueologia em instituições que preservam e promovem o patrimônio cultural como museus, casas de culturas, IPHAN, ONGs, empresas de engenharia, de turismo, bem como em diferentes áreas da gestão e divulgação do patrimônio cultural. (VIANA; SYMANSKI, s.d.)

Com efeito, preparar para o mercado de trabalho arqueólogos que tenham tido uma formação interdisciplinar com a Museologia é essencial para a conscientização de que todo e qualquer acervo gerado em decorrência de seu trabalho irá para uma instituição de guarda, devendo ser musealizado e o conhecimento ser extrovertido (WICHERS, 2016). E, na maioria dos casos, esse processo será orientado por museólogos, sendo imprescindível que possuam conhecimentos gerais a respeito da importância do material arqueológico e da potencialidade desses acervos. Conforme a arqueóloga Maria dos Santos:

Acredita-se que os estudos sobre o patrimônio arqueológico, desenvolvidos no âmbito da Avaliação de Impacto Ambiental, podem apresentar-se como uma oportunidade de geração de conhecimento e avanço científico, independente do nível de desenvolvimento econômico ou científico do país considerado, principalmente porque incidem sobre áreas arbitrariamente definidas, dificilmente coincidentes com áreas de pesquisa acadêmica de longa duração. Não se pode desconsiderar que, enquanto as sociedades passadas deixaram seus testemunhos materiais sem alterar significativamente os testemunhos das sociedades que as precederam, a sociedade atual interfere intensa e radicalmente no ambiente, alterando o território e a paisagem, eliminando os vestígios das sociedades passadas, e deixando para as gerações futuras o testemunho exclusivo de sua própria existência. (SANTOS, 2001, p. 14-15, grifo nosso)

A museologia ao compreender, teorizar, sistematizar e aprimorar a relação entre a sociedade e o patrimônio cultural (WICHERS, 2016) tem potencial para preservar os indicadores da memória, contribuindo para o estreitamento das noções de identidade e pertencimento (BRUNO, 2001). Toda pesquisa arqueológica gera uma coleção, um acervo, uma narrativa, algum tipo de patrimônio a ser preservado e socializado (WICHERS, 2016), assim o museu é por excelência uma arena de disputas ideológicas e um local de celebração da memória de determinado grupo ou segmento – por conseguinte, de esquecimento também. A arqueologia, assim como os museus, “esteve associada à colonização, ao saque e ao extermínio” (WICHERS, 2015, p. 3) e o passado não está simplesmente sob o chão esperando para ser descoberto (SHANKS; HODDER, 1995). Além disso, a memória é uma construção e está situada na dimensão das relações, aqueles que detém o poder de construir e administrar essa memória é que escolhem o que, como e quando será lembrado e exaltado, e o que será esquecido.

Trabalhar os museus e a museologia nesta perspectiva (do poder da memória) implica afirmar o poder dos museus como agências capazes de servir e de instrumentalizar indivíduos e grupos de origem social diversificada para o melhor equacionamento de seu acervo de problemas. O museu que abraça esta vereda não está interessado apenas em democratizar o acesso aos bens culturais acumulados, mas, sobretudo, em democratizar a própria produção de bens, serviços e informações culturais. O compromisso, neste caso, não é tanto com o ter e preservar acervos, e sim com o **ser** espaço de relação e estímulo às novas produções, sem procurar esconder o “seu sinal de sangue”. (CHAGAS, 2006, p. 33, grifo do autor)

De forma semelhante, é imprescindível na formação de museólogos o contato com conhecimentos básicos sobre Arqueologia principalmente para uma melhor compreensão desta tipologia de acervo e fluidez nas etapas da musealização. O Brasil possui uma quantidade significativa de museus arqueológicos, ou com coleções arqueológicas, que, muitas vezes, são negligenciadas por profissionais de Museologia que não sabem como

realizar a documentação ou a comunicação museológica deste tipo de acervo. Um conhecimento prévio sobre a Arqueologia propicia uma melhor compreensão das atividades e informações coletadas em campo pelos arqueólogos.

Nestes termos, reiteramos nossas considerações acerca da importância da interface entre a Arqueologia e a Museologia, haja vista a constatação de lacunas no que tange à formação desses profissionais em âmbito nacional e nos níveis de graduação, mestrado e doutorado. Além da necessidade de efetivar, por meio de uma sólida formação dos profissionais de ambas as áreas, o intercâmbio mútuo e a interação de diversos conhecimentos de forma recíproca e coordenada, dialogando entre si,

(...) aliando as áreas de forma equilibrada, torna-se possível empreender a pesquisa arqueológica de maneira integral, com planejamentos prévios e interdisciplinares embasados na cadeia operatória de procedimentos museológicos, que envolve a salvaguarda (conservação e documentação) e a comunicação (exposições e ações educativo-culturais). Assim, as pesquisas arqueológicas vindouras, bem como as já empreendidas e os acervos arqueológicos salvaguardados em diferentes instituições, têm o potencial de ensejar ações multidisciplinares que oportunizam a proteção e promoção do patrimônio arqueológico. (TOLEDO, 2017, n/p).

A Arqueologia tem um enorme potencial de geração de novos acervos arqueológicos, e a Museologia desempenha papel essencial no que tange à agenda dos debates patrimoniais. Tendo em vista que, além de promover práticas de salvaguarda, ela socializa esses patrimônios, podendo lançar mão de outras áreas do conhecimento, tais como a História, a Antropologia, as Artes, o Folclore, etc. se constituindo como o elo mais próximo com a sociedade, administrando memórias/esquecimentos, democratizando a geração de conhecimento a partir de reflexões construídas sobre outros suportes imateriais (CABRAL, 2014) e possibilitando a compreensão para além da temática de seus acervos, abarcando uma série de fenômenos sociais subjacentes.

Referências

BAÍÁ, Luiz Cesar dos Santos. *Sala do artista popular: tradição, identidade e mercado*, 2008. 163f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/MAST, Rio de Janeiro, 2008.

BASTOS, Rossano Lopes; TEIXEIRA, Adriana. *Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico*. São Paulo: 9ªSR/IPHAN, 2005.

BINFORD, Lewis R. A tradução do registro arqueológico. In: BINFORD, Lewis R. *Em busca do Passado*. s.l.: Europa-América, 1991 [1983]. p. 28-40.

BRUNO, Maria Cristina. *Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, FFLCH/USP, São Paulo, 1995.

BRUNO, Maria Cristina. A importância dos processos museológicos para a preservação do Patrimônio. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, Suplemento 3, p. 333-337, 1999.

BRUNO, Maria Cristina. A Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o projecto de Paranapanema. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 17, 1999.

BRUNO, Maria Cristina. *Museologia: a luta pela Perseguição ao Abandono*. Tese (livre docência), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. 2001.

BRUNO, Maria Cristina. Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos. *Revista de Arqueologia*, v. 26 e 27, n. 2, 2013 e n. 1, , p.4-15, 2014.

CABRAL, Mariana Petry. E se todos fossem arqueólogos, experiências na Terra Indígena Wajãpi *Anuário Antropológico*, v. 39, Brasília: UnB, 2014.

CHAGAS, Mario. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mario de Andrade*. Chapecó: Argos, 2006.

CHOAY, Françoise. *O patrimônio em questão: antologia para um combate*. Belo Horizonte: Ed. Fino Traço, 2011.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Ed.UNESP, 2006.

COSTA, Carlos Alberto Santos. Um grito de sobrevivência: agenciamento das bases jurídico - legais de endosso institucional para a guarda e pesquisa de acervos arqueológicos e a militância político-acadêmica das comunidades arqueológicas e museológicas. *Revista de Arqueologia Pública*, Campinas-SP, v. 11, n.2, p. 215-253, novembro.2017.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus/ Pinacoteca do Estado de São Paulo/ Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DUARTE, Adelaide M. da C. O Museu Nacional da Ciência e da Técnica (1971- 1976). *Imprensa da Universidade de Coimbra*, 1º edição. Fevereiro de 2007, 391p. Disponível em: www.academia.edu/1389951/O_Museu_Nacional_da_Ciencia_e_da_Tecnica_1971-1976. Acesso em: 10 jul. 2019.

FERREIRA, Lúcio Menezes; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Arqueologia como prática política. *Bol. Mus. Pára. Emílio Goeldi. Ciênc. cantarolar*. Belém, v. 4, n. 1, p. 9-12, abril de 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222009000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 ago. 2019

FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia*. 2. ed., 1ª reimpressão. Editora Contexto: São Paulo, 2010.

FUNARI, Pedro Paulo A.; ROBRAHN-GONZALEZ, Erika M. Ética, capitalismo e arqueologia pública no Brasil. *História*, Franca, v. 27, n. 2, p. 13-30, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742008000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 Ago. 2019.

HELSINKI, Minna Lönnqvist. Kathleen M.Kenyon 1906-1978. A hundred years after her birth. The formative years of a female archaeologist: from socio-politics to the stratigraphical method and the radiocarbon revolution in archaeology. In. CÓRDOBA, Joaquín M^a; MOLIST, Miquel; PÉREZ, M^a Carmen; RUBIO, Isabel; MARTINEZ, Sergio

(Org). Actas del V Congreso Internacional de Arqueología del Oriente Próximo Antiguo. Vol.II. *Proceedings of the 5th International Congress on the Archaeology of the Ancient Near East*. Centro Superior de Estudios sobre el Oriente Próximo y Egipto. Universidad Autónoma de Madrid. 2008, p. 379 – 408. Disponível em: https://www.academia.edu/30667776/Kathleen_M._Kenyon_1906-1978._A_hundred_years_after_her_birth._The_formative_years_of_a_female_archaeologist_From_socio-politics_to_the_stratigraphical_method_and_the_radiocarbon_revolution_in_archaeology. Acesso em: 04 Ago. 2019.

IPHAN. *Cartas Patrimoniais*. 3ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. In: *Caderno de Diretrizes Museológicas*. Brasília: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria do Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006. p. 19-32.

LIMA, Diana Farjalla C. Musealização: um juízo/uma atitude do campo da museologia integrando musealidade e museália. *Ciência da Informação*. Brasília, DF, v. 42, n. 3, p. 379-398, set./dez., 2013a.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia, campo disciplinar da musealização e fundamentos de inflexão simbólica: 'Tematizando' Bourdieu para um convite à reflexão. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*. Universidade de Brasília, v. 2, n. 4, p. 48-61, 2013.

MATTOS, Cláudia Valladão de. Winckelmann e o meio antiquário do seu tempo. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, n. 9, Unicamp, p. 69-79, jan-jun 2008.

PEARCE, Susan. *Archaeological curatorship*. Leicester: Leicester University Press, 1990. (Leicester Museum Series).

POSSAS, Helga Cristina Gonçalves. Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural. In: *Museus - dos gabinetes de curiosidades à Museologia moderna*. Belo Horizonte: SCIENTIA / UFMG, 2005. p. 151-164.

SANTOS, Maria do Carmo Mattos Monteiro dos. *A problemática do levantamento arqueológico na Avaliação de Impacto Ambiental*. 2001. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo. USP, São Paulo, 2001.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Políticas da Memória da Criação dos Museus Brasileiros. In: CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (Org.). *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 19, p. 99-120, 2002.

SALADINO, Alejandra; MACHADO, Guilherme de Almeida. A Arqueologia na formação do museólogo: um olhar a partir do Curso de Museologia (1932-2010). *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 7, p. 107-128, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1931*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SHANKS, Michael; HODDER, Ian. Processual, postprocessual and interpretive archaeologies. In: HODDER, I. *et al. Interpreting Archaeology: finding meaning in the past*. London and New York: Routledge. 1995. p. 3-29.

SOTO, M. Dos gabinetes de curiosidade aos museus comunitários: a construção de uma concepção museal à serviço da transformação social. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 48, n. 4, p. 57-83, 2014.

TRIGGER, Bruce. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odysseus Editora. 2004.

TOLEDO, Grasiela Tebaldi. *Musealização da Arqueologia e Conservação arqueológica: experiências e perspectivas para a preservação patrimonial*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo, 2017.

WICHERS, Camila. Museus comunitários e patrimônio arqueológico: constrangimentos, desafios e possibilidades de diálogo. *IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS*. UFG, Goiânia, GO. 2015.

WICHERS, Camila. Sociomuseologia e Arqueologia Pós-processual: conexões no contexto brasileiro contemporâneo. *Cadernos de Sociomuseologia*, [S.l.], n. 7, junho, p. 31-55, 2016.